

25 setembro 2012 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

- Entidade:** ANICT – Associação Nacional de Investigadores em Ciência e Tecnologia  
Nuno Cerca (Vice-Presidente), Rute Sofia, João Lopes e Frank Wagner.
- Recebido por:** Deputadas Elza Pais (PS) e Nilza Sena (PSD), em representação da Comissão de Educação, Ciência e Cultura.
- Assunto:** Debate de assuntos relativos ao futuro da carreira de investigação em Portugal e à interligação entre a investigação, o ensino e a indústria.

**Exposição:** O Vice-Presidente da ANICT fez a apresentação da mesma, referindo que existe há cerca de três anos, sendo a maior associação de investigadores doutorados no país, contando com cerca de 500 associados. Referiu que no âmbito da implementação do Programa Ciência, em 2007 procedeu-se à contratação de centenas de investigadores, visando esta Associação constituir um fórum de comunicação entre os profissionais da área.

Indicou que a massificação da contratação de investigadores no âmbito do referido Programa foi uma boa ideia, embora mal implementada, realçando ainda que há cerca de 1.200 investigadores, a maioria em universidades, com contratos a termo de 5 anos, que vão terminá-los em 2013. Salientou que cerca de 60% dos investigadores pensa sair de Portugal, o que constituirá uma fuga de cérebros, com consequências muito negativas para a produtividade científica nacional.

Acrescentou que não há hipótese de integração desses investigadores e considerou que a mobilidade dos mesmos para outras universidades é difícil, desde logo porque estão a desenvolver um projeto na universidade em que estão atualmente e que a hipótese de mobilidade para a indústria também é reduzida. Mencionou ainda que estes investigadores têm outras pessoas a trabalhar com eles, nalguns casos cerca de 15 bolseiros, que vão perder igualmente o emprego.

Informou também que têm falado com os parceiros – nomeadamente, Ministério da Educação e Ciência, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, sindicatos de professores – tendo em vista a integração dos investigadores em várias áreas, nomeadamente na indústria, e não apenas no ensino, para se criar inovação real no país.

Concluíram que falta uma carreira com estabilidade para os jovens investigadores, informando que esta questão também se coloca na Europa e se arrasta desde uma data anterior à crise económica atual. Defenderam a avaliação exigente da produção científica e seu impacto e do mérito, propondo a atualização da legislação sobre jovens investigadores, que garanta estabilidade e flexibilidade, condição que consideram essencial para a criação de conhecimento.

A deputada Elza Pais (PS) questionou a ligação da ciência ao mundo empresarial, através das parcerias internacionais e pediu informação sobre as soluções adotadas a nível europeu para o problema dos jovens investigadores.

Os representantes da ANICT referiram que em Portugal a carreira de investigação quase não existe, estando estagnada, salientando que as pessoas que entraram não saem e progridem quase independentemente do mérito, da excelência. Entendem que a legislação em vigor está obsoleta e propõem que a lei seja exigente em relação ao mérito dos investigadores.

Referiram que o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas defende a integração destes investigadores na carreira docente, desde que sejam criadas condições para o efeito. Indicaram, a título exemplificativo, que na Inglaterra há várias carreiras, havendo docentes com investigação e outros sem ela. Salientaram que o sistema científico-tecnológico em Portugal está assente nas universidades. Os laboratórios têm pouca investigação, a economia está estagnada e a indústria praticamente não tem investigação. Realçaram que o Orçamento do Estado dá apoios às universidades com base no número de alunos, pelo que aquelas privilegiam as aulas e a atividade docente e reiteraram a necessidade de maior exigência em relação às universidades e aos docentes.

A deputada Nilza Sena (PSD) referiu que há uma deficiência crónica de financiamento das universidades, indicou os esforços de Portugal para a aproximação entre aquelas e a indústria, referenciando o programa Horizonte 2020 e perguntou que passos entendem que devem ser dados. Questionou ainda se são adeptos da valorização de laboratórios independentes em relação às universidades e se entendem que a alteração da lei que aprovou o regime jurídico das instituições de ensino superior, no sentido de atribuir maior autonomia às unidades orgânicas, seria vantajosa. Por último perguntou qual o diálogo que têm tido com o Ministério da Educação e Ciência.

Os investigadores defenderam que a alteração do regime das instituições de ensino não é suficiente, porque o Decreto-Lei n.º 124/99, que aprova o Estatuto da Carreira de Investigação Científica, está desatualizado. Salientaram que o aumento da investigação da indústria deve gerar benefícios fiscais. Lembraram, em relação à investigação a nível médico, que é demorada e o retorno envolve grande risco, pelo que muitas empresas fecham. Mencionaram ainda que as universidades fazem concorrência às empresas, em determinadas áreas.

Informaram também que dos contactos com o Ministério resultou que aquele está disposto a alterar o Decreto-Lei n.º 124/99. Por outro lado, referiram que se suscitam dúvidas se a Lei n.º 3/2012, "renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo que atinjam o limite máximo da sua duração até 30 de Junho de 2013", só se aplica ao setor privado ou também às instituições públicas, podendo ser aplicada a estes investigadores, informando que o CRUP equaciona essa renovação, se puder aplicar aquele regime. Esclareceram, por último, que o concurso atual para a integração de investigadores foi aberto para 80 vagas e que não são estes, que estão contratados há quase 5 anos.

A gravação áudio da reunião e a documentação entregue pela ANICT, nomeadamente o Plano para a Excelência na Investigação e o Relatório da ANICT sobre Avaliação de Investigadores, estão disponíveis na página da Comissão.

Palácio de São Bento, 25 de setembro de 2012